

NOSELLA, M.L.C.D. *As belas mentiras*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1972.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Coordenadorai de ensino e normas pedagógi - cas*. Proposta curricular de geografia, primeira preliminar, 1985.

SODRÉ, N. Werneck. *Introdução à geografia e ideologia*. Petrópolis, Vozes, 1976.

VESENTINI, J. William. *Brasil: Sociedade e espaço*. São Paulo, Ática, 1986.

VESENTINI, J. William. *Sociedade e Espaço*. São Paulo, Ática, 1986.

RUY MOREIRA (\*)

Para Turca

Primeiramente, ao pessoal da AGB local, ao Diretório Acadêmico, aos colegas, a todos, o meu agradecimento pelo convite e pela presença.

Pretendo apresentar aspectos do tema que considero fundamentais na contribuição do pensamento marxista à renovação em curso na Geografia, de modo a que tenhamos uma exposição que contemple mais a reflexão coletiva que propriamente a direção pessoal que lhe possa dar.

## 1. O QUE É MARXISMO

Quero começar com uma afirmação: o marxismo não é uma verdade pré-estabelecida. Visa ser uma verdade determinada: a proletária.

O marxismo é a verdade proletária de mundo no sentido de ser a concepção da libertação da totalidade dos homens subordinados à exploração do capital a partir da libertação da classe operária. Em essência, não é mais que isto.

A lógica desta concepção de mundo é aquela resultante da análise científica do capitalismo empreendida por Marx ao longo de sua vida, na qual a exploração da mais valia ao proletariado pela burguesia aparece como a viga mestra de sustentação de todo o edifício social burguês, situação de objetividade histórica que faz de sua libertação a condição de liberdade da totalidade dos homens.

## 2. O ENCONTRO EPISTÊMICO

O entendimento do mundo a partir do processo de trabalho, eis o que iremos encontrar na leitura de "O Capital", ou em qualquer outro texto de Marx, nada mais, nada menos.

Portanto, é o mundo do trabalho de onde o marxismo parte na construção de sua concepção geral de mundo. O que faz o marxismo e a Geografia comungarem de um mesmo ponto geral de começo: a relação homem-meio. Mas enquanto para o marxismo a relação homem-meio é plano abstrato do trabalho cuja concretude só se estabelece no âmbito da historicidade deste, para a Geografia é ela o próprio plano do concreto.

Portanto, cruzam o marxismo e o saber geográfico desde este ponto de onde começam as respectivas teorizações sobre o mun

(\*) Geógrafo, professor na PUC-RJ, autor dos livros "O que é Geografia", "O Movimento operário e a relação cidade-campo" e "O discurso do avesso".

do, uma vez que tanto um como outro calcam seu entendimento de mundo na relação homem-meio.

Se é assim, é de indagar-se porque só em nossos dias ganha tal cruzamento tamanha transparência. E porque a Geografia é o último campo de saber científico a adquirir uma vertente marxista, como presume-se estarmos agora presenciando. Seja qual for assunto ao qual mais adiante voltaremos, esta é uma constatação do maior significado para a formulação de uma corrente marxista na Geografia.

E esta formulação deve partir do modo como o marxismo concebe a relação homem-meio. Modo este que é o seu entendimento como sendo o eixo mais geral e, assim, abstrato da história e a vê à luz basicamente de dois grandes planos. Um, é o do homem como parte integrante da natureza, com ela estabelecendo um "intercâmbio de matéria e energia", nas palavras de Marx em "A Ideologia Alemã", sendo este o seu viés "ecologista", não explicitado como tal por Marx mas presente em cada frase que escreveu. Outro, é o do homem como sociedade construída a partir do primeiro enquanto processo de trabalho, portanto em que o homem é o sujeito e o objeto dele mesmo enquanto ser coletivo, sendo este o viés concreto, o que efetivamente existe como história. Tal é o que vemos no pensamento de Marx desde a famosa "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel", de 1843, escrita aos 23 anos de idade, pouco antes de exilar-se em Paris, tema que analisa mais detalhadamente no ano seguinte, em 1844, já em Paris, no "Manuscrito Econômico-Filosófico", ainda mais explícita em "A Ideologia Alemã", no ano seguinte, em 1845, aprofundando-se num crescendo até "O Capital", de 1867, escrito aos 40 anos. Todas elas obras repletas de reflexão de filosofia e história, terreno privilegiado de onde interpreta o mundo (e não o da economia, como vulgarizou-se, que Marx não por acaso e gratuitamente designa por "economia política"), fundamentais para classificarmos este cruzamento que hoje descobrimos haver entre o marxismo e a geografia a partir mesmo de onde começam suas respectivas teorizações do mundo.

Mas, justamente porque vê a relação homem-meio como processo da história, o marxismo cruza com a geografia também num outro ponto de começo, este mais da geografia que do marxismo: o espaço, enquanto forma social de organização da história humana.

Aqui também as obras de Marx são rica fonte de assimilação criadora para a renovação da geografia. Além das citadas, desentram as páginas dos manuscritos que Marx redigia para uso próprio com fins de ordenar seu pensamento antes de entrar diretamente na redação de "O Capital". Hoje publicadas e conhecidas por "Grundrisse", parte delas temos editada em livro em português pela Paz e Terra sob o título de "Formações Econômicas pré-Capitalistas". Nelas, retomando trechos de "A Ideologia Alemã", Marx faz o resumo de como ele vê se estruturando territorialmente os modos de produção pré-capitalistas. Importa neste caso, sobretudo observarmos o método de Marx, que vê como a sociedade se organiza a partir de seu modo de produção, do qual se infere a óbvia conclusão de que tanto quanto a sociedade o espaço é um espaço produ-

zido, hoje entre nós, mas depois e por força do "Por uma Geografia Nova", do Milton Santos, um truísmo. Mais ainda, sem nunca dissociar modo de produção e relação homem-meio, por extensão espaço e relação homem-meio, uma vez que esta é processo de trabalho, e, como tal, fonte genética de toda uma história.

### 3. UM DESENCONTRO HISTORIOGRÁFICO

Se no plano epistemológico marxismo e geografia compartilham deste mesmo ponto de partida de teorização do mundo que é a relação homem-meio, no historiográfico cruzam-se como duas estradas que evitam se tocar.

É o que vemos lendo "A Ideologia Alemã", livro onde Marx tece crítica do pensamento compartilhado pela intelectualidade alemã das décadas que cercam a virada do século XVIII-XIX, em que se inclui Karl Ritter, o "precursor" da moderna geografia e professor de Marx na Universidade de Berlim no período de 1837-1844. Mais inclinado para uma visagem histórico-antropológica da geografia que o outro "precursor", Alexandre von Humboldt, Ritter muito na conformidade do "espírito de sua época", e a exemplo da generalidade dos intelectuais alemães do período, combina em sua visão de organização geográfica do mundo Kant e Hegel.

Desde este momento até o da "maturidade" estes (des)encontros historiográficos entre marxismo e geografia são evidentes. Vejamos a linha temporal dessa trajetória.

A história do pensamento geográfico pode ser periodizada em três momentos básicos, tendo em vista o seu modo de inserção na realidade social viva. Caracteristicamente, é o segundo momento, o da geografia moderna, onde o cruzamento ocorre. E, coerentemente com a história geral das idéias, começará pelo socialismo pré-marxista.

#### 1º momento:

O primeiro momento é o longo período de "ciência" de inventariação dos territórios, longo e que se arrasta desde os gregos até o renascimento, mas que ainda hoje deixa suas marcas.

A geografia é um saber subsidiário do Estado, produzindo-lhe a catalogação dos aspectos patrimoniais de povos e territórios. O papel do geógrafo típico do período é o de levantar e reunir informações dos diferentes cantos de territórios interessados pelo seu Estado, observando, vendo, ouvindo, anotando. Transporta e arruma os dados em croquis, tabelas, gráficos, mapas, reunindo-os num longo e descritivo texto de relatório ao seu interlocutor.

Nossos livros didáticos são o retrato mais fiel da ainda contemporaneidade desse saber meramente catalográfico. Não são livros, mas uma sucessão ordenada de todas informações que se julgue necessite um jovem conhecer sobre povos e territórios (é o típico "a terra e o homem" de tantos compêndios). É como se tivéssemos um armário com várias gavetas, cada gaveta repleta de fichas com informações de um tema específico, o conjunto arrumado

uma rigorosa taxonomia, e não chamássemos de armário, mas de livro. Um "armário portátil" ou "fichário ambulante" fácil de transportar-se numa pasta. No fundo pré-livros, no sentido de uma pré-via e determinada arrumação taxonômica necessária a que com organização se possa começar a realização de uma trabalho, por exemplo, o de escrever um livro de geografia.

2º momento:

O segundo momento é o do período do nascimento e constituição da ciência moderna. Marcado pela hegemonia da concepção mecânica de mundo formulada de Copérnico a Newton, a física clássica, a sua entrada em crise sobretudo com o evolucionismo darwiniano, este período dura do Renascimento aos nossos dias, com passagem destacada por Kant no Iluminismo.

Nessa fase, a geografia, a seu modo, acompanha e reflete este processo de nascimento, consolidação e crise da fase revolucionária dopensamento burguês, que Marx e Engels analisam na "A Ideologia Alemã" e "Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã".

É o momento em que a geografia ganha seu "status" de ciência e, nisto também acompanhando a evolução geral, de ideologia.

Momento em que o Estado requer do geógrafo mais que um simples arrolamento catalográfico dos territórios, dele reclamando um relato descritivo metodologicamente mais rigoroso e elabora do com alguma reflexão teórica. A geografia segue sendo um saber oficial e o geógrafo um "escriva" do Estado, especializado em as assuntos de territórios, mas possui agora maior consistência discursiva. As informações, antes apenas arrumadas numa sequência pura mente temática, embora mantendo o caráter descritivo de antes, integram-se agora num arcabouço mais lógico.

Sua fundação na filosofia clássica é visível no tratamento linguístico eminentemente estatístico-matemático do método e na estrutura dicotômica do discurso. A produção da pesquisa re pete basicamente a sequência formal da fase anterior: observa-se, ouve-se, interroga-se, anota-se e converte-se os dados levantados em croquis, tabelas, gráficos e mapas, culminando-se tudo na redação de um texto descritivo, mas agora materializando um relatório técnicamente bem feito e de leitura muitas vezes de atraência fo tográfica, porque dispõe de uma bem definida estrutura discursiva que, arquetipicamente, arruma os dados em três grandes áreas: a natureza, os homens e a economia.

Se lermos com atenção crítica os textos dos geógrafos brasileiros publicados na importante Revista Brasileira de Geografia, temos um exemplo vivo da produção intelectual típica dessa fase da geografia. Há um casamento dos geógrafos com o Estado, seus textos tendo a forma clássica de relatório ao governo, mudando o conteúdo na conformidade da cor do mandatário. O método tem o sabor típico da primeira fase, modernizado porém no parâmetro da filosofia clássica. E, bem no clima da filosofia clássica, equilibra-se sobre a relação entre ciência e ideologia.

No seu excelente "A Construção da Geografia Humana",

Massimo Quaini expõe a tese de que a moderna geografia nasce no ambiente do Iluminismo, através da pena de Kant, talvez o seu maior representante. Portanto, com Kant, e não com Ritter e Humboldt, sendo a geografia moderna filha do Iluminismo do século XVIII, mais do que do evolucionismo positivista do século XIX.

O Iluminismo é o momento de consolidação da física new toniana, chamada física clássica, que fornecerá a fundamentação do pensamento geral de todo esse período, chamado filosofia clássica.

Coroando a longa revolução das idéias sobre o mundo que vem se elaborando desde quando Copérnico destrona na teoria cosmológica o geocentrismo de Ptolomeu com o seu heliocentrismo, e ganha força definitiva com as pesquisas de mecânica celeste de Kepler e as que fundam a mecânica dos corpos na superfície terrestre de Galileu Galilei, Isaac Newton descobre, e sobre ela edifica a física clássica, a gravidade universal. Sistematizando-se a física clássica enquanto nova visão do mundo no arcabouço filosófico de Descartes, constitui-se assim a primeira grande forma da filosofia clássica: o racionalismo cartesiano. Nessa nova visão do mundo, a natureza é vista como uma grande engrenagem mecânica, funcionando sob extrema regularidade matemática e exprimindo-se a través do código linguístico desta, evoluindo-se dela, portanto, tudo que se componha segundo outros parâmetros, e, assim, o ho mem.

Quando Isaac Newton descobre a lei da gravidade e, con siderando sua universalidade cósmica, generaliza-se para os fenômenos da luz e do som, esta revolução do pensamento se completa e o pensamento clássico atinge seu momento de auge, mas, exatamente neste momento, começa a ser também abalado, uma vez que o próprio Newton constata a rebeldia dos fenômenos do som e da luz em com portar-se segundo a teoria do movimento corpuscular, núcleo por excelência da física clássica.

A solidez da nova visão de natureza e de mundo começa a ser questionada então, ficando igualmente sujeito a questionamento o pensamento filosófico nele alicerçado. Kant toma a si a tarefa de por o conjunto das idéias em consonância, buscando conciliar pelo menos duas das suas maiores contradições: a exclusão do homem do mundo da natureza (num momento em que as pesquisas biológicas avançam em dissonância com esta exclusão) e o nascimento da física ondulatória no campo das pesquisas do som e da luz.

Aí está Kant, herdeiro da concepção cartesiano-newtoniana de mundo e quem mais e melhor o representa, se debruçando na tentativa de melhor equacionar suas já visíveis contradições, bus cando integrar no plano filosófico aquilo que no campo científico se exprime como dicotomia entre a natureza e o homem. E forja esta equação valendo-se do acúmulo de conhecimentos que sobre ambos reúne via ensino da geografia e da antropologia. Eis Kant, assim, formatizando e impregnando a moderna geografia do que de mais a vançado há no pensamento moderno. Iluminista, mas igualmente das suas insolúveis dicotomias, na mais pura tradição filosófica clássica (é de sua própria declaração que opera uma revolução do pensamento europeu: é ele o primeiro grande epistemólogo moderno)

apoiando-a no acúmulo de conhecimentos empíricos sobre a natureza e o homem, advindos das décadas de ensino de geografia e antropologia na Universidade de Heidelberg.

Tão alemães quanto Kant, mas vivendo a realidade alemã do século XIX marcada pelo parto iminente do evolucionismo e pelo pragmatismo da unidade política nacional, Ritter e Humboldt fazem a geografia de corte kantiano desaguar diretamente na problemática territorial da unidade nacional alemã, levando-a a mover-se e minentemente no campo das questões políticas e, assim, a impregnar-se de problemas do Estado. Mal, então, entrara na modernidade e já a geografia vê-se estagnar em seu processo, num congelamento de raiz filosófica que praticamente a impede de, junto com o pensamento geral, evoluir até as lutas da nascente sociedade civil. Da estagnação incumbe-se Ritter. Suas pesquisas refletem o clima alemão do século XIX, do qual absorverá as idéias e contradições, sem todavia aproximar-se do pensamento mais avançado do período, centrado em Hegel. Deste, absorverá, quando muito, os ensinamentos das "Lições sobre a Filosofia da História", reunião de anotações que Hegel sistematiza para o fim estrito de apresentar suas aulas, por isto traçando genéricas descrições sobre os ambientes geográficos de vida dos povos em diferentes épocas. Um reforço, pois, às anotações antropológicas de Kant, fonte verdadeira de Ritter, seguindo a generalidade da intelectualidade alemã, bebe.

Começa aqui a trajetória dos (des)encontros entre geografia e marxismo, uma vez que é esta geografia kantiana com leves ecos de filosofia hegeliana da história a que fundamentalmente Ritter passa a seu aluno Marx, na da de interesse mais imediato despertando no futuro crítico da ideologia alemã, preocupado mais precisamente em terçar armas com a face avançada desta, a filosofia hegeliana.

Sendo o pensamento alemão em geral, exatamente o universo em que Ritter embebeda a geografia, o que, em 1846, o antigo aluno deste e discípulo de Hegel, submete à crítica demolidora na "Ideologia Alemã", cruzam-se neste livro, melhor que em qualquer outra obra de Marx, o marxismo e a geografia, constituindo este livro o melhor repositório dos cruzamentos entre geografia e marxismo. Nele, todavia, não faz Marx qualquer análise de Ritter e da forma como este, seguindo uma obra de natureza absolutamente descritiva de Hegel, visualiza a organização geográfica das sociedades humanas. Não é este seu intuito. Antes, a reproduz, sem necessariamente reiterá-la. Melhor dir-se-ia, a desconhecendo. Não se parece a uma negligência de Marx para com a questão do espaço, portanto, como o acusará Lacoste, já que não é o espaço o que para Marx está em questão em "A Ideologia Alemã", e sim, como dirá Engels mais tarde, a "prestação de contas" com sua "consciência hegeliana". Mas junto com "Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã", de Engels, escrita bem posteriormente, esta obra de 1846 se constitui na fonte mais segura, até por razão de sincronia temporal com a elaboração das obras de Ritter e Humboldt, que morrem em 1859, do entendimento dos (des)encontros históricos geográficos entre marxismo e geografia.

De certo modo, vê-se assim ser mais verdade a afirmação

de que com Ritter e Humboldt a geografia ganha seus contornos positivistas, uma vez que só com os discípulos de Ratzel e La Blache, surge uma geografia tão redutora, "ad absurdum", do racionalismo oitocentista, iluminista. É que o irracionalismo somente constituir-se-á na ideologia européia quando a filosofia clássica ver-se esgotada historicamente, mostrando-se incapaz de seguir desdobrando o pensamento revolucionário que até então a burguesia vinha conduzindo no campo das idéias. Isto ocorre no século XIX, quando a burguesia é já a classe dominante em praticamente toda a Europa e malogra a forma mais avançada atingida pelo pensamento burguês: o idealismo dialético de Hegel.

Percebendo melhor que ninguém o ponto onde o kantismo deu num impasse, Hegel inicia a desmontagem da metafísica, abrindo a fase do reencontro da filosofia com a dialética e um horizonte extraordinário ao pensamento humano. Mas sendo o limite do pensamento não ele próprio e sim sua filiação com a ordem burguesa, algo para além da possibilidade de entendimento de Hegel, dado seu compromisso com os temas dessa ordem, a exemplo do problema político nacional alemão, a dialética manter-se-á com Hegel ainda presa a este enquadramento. Terá que esperar seu novo parceiro na história, o socialismo proletário, para um desabrochamento ilimitadamente amplo, como sua própria natureza.

Mas, no seu secular percurso de crise, o pensamento burguês cruzará com o que consistirá na sua pá de cal: a teoria darwiniana da evolução natural das espécies, entre elas o próprio homem.

Embora evolucionista e constituindo, no fundo, uma forma de materialismo vulgar, vale dizer, mecanicista, a teoria de Darwin, dado a público no livro "A Origem das Espécies", de 1859, simbolicamente o ano do falecimento de Ritter e Humboldt, assessorou um golpe de morte no pensamento clássico. Doravante, tornava-se impossível manter-se a concepção de natureza, e, então, de mundo, da física clássica, depois de empiricamente demonstrada a origem e inserção natural do homem nela.

Precipita-se, assim, o desdobramento da crise do pensamento burguês, que bifurca-se então: de um lado, na direção da dialética e do encontro desta com o socialismo proletário, isto é, do marxismo, e, de outro, na direção do irracionalismo filosófico e o encontro deste com a ideologia do imperialismo. Na primeira vertente, o socialismo marxista, herdeiro do que melhor o Iluminismo gerou, dará sequência à sua trajetória revolucionária; na segunda, desejando fazer a roda da história andar para trás, a burguesia lançará o pensamento humano numa fase de obscurantismo, filosófico e político.

Quando a crise da filosofia clássica se precipita, a geografia é arrastada por ela. E, dado sua natureza de saber estagnado no kantismo, descritivismo e no estatismo, acompanha a vertente mais reacionária. A geografia é levada a optar pelo envedramento na segunda, assumindo nítida fachada ideológica. E é esta forma discursiva a que, ainda rescendendo a Kant e Ritter-Humboldt, a moderna geografia recebe com os discípulos destes, Ratzel e La Blache, ocultando seu irracionalismo positivista na fal

sa controvérsia entre determinismo e possibilismo, indisfarçáveis negações da história como processo dialético.

Daí a esta forma de irracionalismo reacinarmente absoluto chamada geopolítica, nem mesmo um passo foi preciso. Já com Ritter a moderna geografia articulava-se a um discurso de fundo militar. O fundamental de sua obra Ritter escreveu como professor da academia militar prussiana, para onde fora convidado face o interesse dos militares pelo seu estilo de geografia de forte abrangência mundial e sentido cartográfico. Interessava-os particularmente o método de representação topográfica com base no qual Ritter descrevia as configurações territoriais das diferentes áreas européias e do mundo. Nessa academia, beneficiava-se da reciprocidade de influência de sua geografia com a produção de um outro professor da casa, e seu reitor, nada menos que Clausewitz, o maior teórico militar de todos os tempos, cuja obra "Da Guerra", Yves Lacoste classifica como o melhor texto de "geografia ativa" jamais escrito.

Vazada num marcado cunho teleológico, esta geografia ritteriana já com forte cruzamento militar é a que herda e desenvolve Ratzel. E é essa síntese ritter-ratzeliana a que chega a La Blache, pela via da crítica durkheimiana.

Já de algum tempo vem o sociólogo-antropólogo francês terçando armas com a antropogeografia de Ratzel. Já conhecemos esta história, fruto do clima de competição entre as potências européias pela hegemonia continental cujo auge é a guerra franco-prussiana de 1870.

Terminada a guerra e perplexos com a desmoralizante derrota francesa, a reação dos intelectuais sobre suas causas levou-os à "descoberta" da geografia. É que entre estas causas encontra-se a relativa facilidade dos soldados alemães assimilarem e executarem as orientações de seus superiores em razão de moverem-se num terreno não por eles de todo desconhecido. Desde os bancos escolares, através das aulas de geografia o palco da guerra é matéria do seu conhecimento: cada linha geral e cada ponto principal do desenho espacial da Europa lhes fora então apresentado. Descobrem assim os franceses o que para os alemães era já rotina escolar: que nenhum militar domina a arte da guerra sem o domínio da leitura escalar dos territórios. Que o pensamento, a arte, a técnica, a estratégia, a tática, em suma o jogo das marchas e contramarchas da logística, a teoria da guerra no seu geral e nos seus detalhes, melhor o militar assimila quando já traz o sentido das escalas territoriais desde os bancos escolares.

Eis o que o historiador Paul Vidal de La Blache vai ter que assimilar e passar para os franceses, aprendendo com os alemães, via Durkheim. Não havendo na França tradição de geografia e tendo esta que ser tirada de onde existe, a rival Alemanha, a geografia francesa vai acabar surgindo a partir e em contestação à germânica, o que faz de ambas galhos de um mesmo tronco. A diferença epistemológica vai derivar da decisiva influência que sobre a geografia francesa acaba exercendo o funcionalismo durkheimiano, no fundo uma contestação positivista do positivismo.

Assimilada e refundida no âmbito da polémica que acade-

micamente levam Durkheim e La Blache ao redor desse terceiro que é Ratzel compõe-se esta terceira (a primeira é a de Kant e a segunda é a de Ritter-Humboldt), e mais obscura, vaga da formação moderna da geografia. Fundada nesse tripé Ratzel-Durkheim-La Blache, formula-se aface positivista da geografia, que chega até nós no Brasil por mais esta via indireta que é a versão americana de Hartshorne, marcando o triunfo do irracionalismo filosófico.

3º momento:

Chegamos, então ao atual momento, o da crise e renovação paradigmática, no qual a superação do velho e ambíguo entre cruzamento da geografia com o marxismo aparece com irrefreável força.

Quando, sob a forma do ambientalismo ratzo-lablacheano a geografia ganha sua terceira forma moderna, o marxismo encontra-se já igualmente de todo formulado. É nesse momento que o poder de Estado estabelece enorme fosso institucional para isolá-lo do meio intelectual, por força mesmo de forjar-se na unidade da luta da classe operária contra as amarras do capital. Basificando-se no terreno mais fértil e avançado das idéias, as quais o pensamento geográfico evitará, e, devido a esta forte integração genética e político-ideológica no movimento orgânico do socialismo proletário, é visto como inimigo pela ordem burguesa. Sobre ele cerra-se, assim, pesada cortina de silêncio, destino inverso ao do saber geográfico, forjado e organicamente enfeudado nas políticas oficiais do poder de Estado. Impede-se, com isto, que nas décadas finais do século passado e primeiras do atual, quando o tripé Ratzel-Durkheim-La Blache está perfazendo o percurso da geografia rumo ao positivismo e a tornar-se um saber de assento universitário, que seus professores descubram que a obra de Marx está repleta de geografia e que também pelo seu lado os marxistas descubram a geografia como um campo fértil e enriquecedor do materialismo histórico.

Já no segundo momento, quando da opção de caminhos forçada pela crise da filosofia clássica, algum ensaio fora feito no sentido da outra direção seguida pelo pensamento filosófico, que hoje a geografia tende a seguir. Mas o caráter pequeno-burguês de seu fundamento político praticamente impede que atinja até a radicalidade necessária ao rompimento epistemológico. É a geografia que desenvolvem principalmente Réclus e Kropotkine.

Intelectuais eminentes do socialismo anarquista, Réclus e Kropotkine iniciam um rompimento com a tradição estatista da geografia, levando-a, pela primeira vez com a clareza da proclamação, para o âmbito dos movimentos da sociedade civil. Esta a razão da sua superioridade frente à geografia da época, visível no próprio temário com que se ocupa e na forma do tratamento metodológico. O moderno capitalismo e o arranjo espacial que vai originando é o que encontramos nas páginas dos textos de Réclus e Kropotkine, semelhantemente às que lemos na "A Ideologia Alemã" e nos "Grundrisse" de Marx-Engels, escritos à mesma época mas sem a declaração e qualificação epistemológica de enfoque geográfico da sociedade daqueles. Os equívocos teóricos quanto ao Estado (de

absoluta negação) e programáticos quanto ao sentido da história (o anarquismo significa um absurdo e reacionário discurso de retorno da história é economia de pequenos agricultores e artesãos que a acumulação primitiva do capital está violentamente proletarizando) característicos do movimento anarquista interferem, todavia, nas obras de Réclus e Kropotkine, bloqueando o que seria a opção de caminho da geografia na direção que a filosofia segue rumo à vertente dialético-proletária do pensamento.

Teremos, assim, que esperar ainda algumas décadas mais, até que das fileiras dos geógrafos, como então na virada do século ocorrerá com Réclus e Kropotkine, surja uma nova geração de intelectuais como eles igualmente comprometidos com o movimento popular. Esta, ensaia vir com os geógrafos franceses (Jean Tricart, Jean Dresch, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser, Pierre George), herdeiros da melhor tradição lablacheana, que, terminada a segunda guerra, reúnem-se no Partido Comunista Francês.

Todavia, conhecemos o texto de Guglielmo "Geografia e Dialética", a abundância de categorias do marxismo nas obras de Pierre George, a explicação de Tricart do modelado do relevo terrestre pela contradição entre agentes internos-externos, e os trabalhos de Lacoste sobre o subdesenvolvimento, e, à exceção da teoria geomorfológica de Tricart não se pode designar de marxista a linha que encontramos nos textos desses geógrafos franceses. A "dialética" de Guglielmo em momento algum fica evidente, passando a dialética marxista léguas ao largo, ficando mesmo sem vermos a esperada dialetização do discurso geográfico, a dialética mantendo-se apenas no título. Nas obras de Pierre George o abundante uso das categorias do materialismo histórico mais lembra bricolagem, expressões usadas numa redação mais que na construção de um pensamento orgânico. Nem Guglielmo domina os rudimentos da dialética e nem George a teoria marxista do valor. Tanto quanto no texto de Guglielmo, nos de George resta a frustração de finalmente vermos a geografia refundindo-se no marxismo. É porém nos trabalhos de Lacoste onde a indigência de assimilação da cultura marxista pelo grupo francês mais transparece. As páginas da "Geografia do Subdesenvolvimento" são típicas de quem passou longe de "O Capital", sem ter aberto uma de suas centenas de páginas.

Embora desastrosamente manifestando com Guglielmo flagrante ignorância da dialética, com George do materialismo histórico e com Lacoste da teoria do capitalismo, com eles contrastando o conhecimento de Tricart sobre a dialética da natureza, a contribuição desse grupo é no entanto um rico momento da evolução da geografia, se visto pelo lado de sua densidade epistêmica. A obra de Tricart sintetiza o que de melhor foi produzido na geografia mundial acerca da dialética do modelado terrestre, reunindo as contribuições mais avançadas nesse terreno de Penk e Davis. Fundindo os estudos da interferência da dinâmica interna do planeta de Penk e da dinâmica externa de W. M. Davis sobre a fina superfície do planeta, Tricart sistematiza o jogo dialético dessas forças de naturezas contrárias e leva esta contradição para dentro do movimento geomorfológico da crosta terrestre, descobrindo e desvendando seu motor. É um momento brilhante da geografia france

sa. Mesmo a produção geórgio-lacosteana traz essa riqueza, cabendo-lhe o mérito de, imperceptivelmente, iniciar a ruptura com os fundamentos ambientalistas da organização dos territórios em que a formulação ratzo-lablacheana havia atolado a geografia. Gerações de geógrafos se deram conta do papel das relações de produção e sua interação contraditória com as forças produtivas no movimento processual da organização espacial dos agrupamentos (sic) humanos a partir das obras de George e Lacoste, embora a estes falte-lhes o lampejo havido em Tricart de levar a contradição forças produtivas versus relações de produção para dentro do movimento histórico da produção do espaço, desse modo fundindo organicamente a contradição e o movimento, revelando com isto o papel das contradições sociais de motor dirigente na dinâmica do espaço humano. Mas, isto, seria terem descoberto o materialismo histórico, algo impossível em quem tudo indica ao menos leu "A Ideologia Alemã".

É sintomático que a contribuição mais efetiva se localize no campo da "geografia física", a de Tricart, uma vez que, no fundo, estamos perante uma geração de lablacheanos, talvez das melhores, por isto mesmo carregada do historicismo da Escola Alemã chegada à geografia pela via do funcionalismo durkheimiano, mas, sobretudo, da vulgata estalinista que assimilaram de marxismo no PCF. Carga que bloqueia o esforço de absorção do marxismo por qualquer cristão!

Em verdade, nem este grupo de geógrafos franceses supera o brilho dos socialistas anarquistas da virada do século (uma leitura paralela de respectivos textos põe isto em evidência) no tocante à visão de geografia, nem laboram eles um total fiasco no rompimento com o irracionalismo político-filosófico, dando-lhe uma versão liberal.

Uma ciência não progride senão a partir de um salto a partir de si mesma, sabendo crescer com o resgate crítico do seu passado. Eis a razão da retrospectiva histórica que sempre ocorre toda vez que a necessidade deste salto está posta, a exemplo do que hoje está em curso para o pensamento em geral, e, por isto, também para a geografia. E, assim, as sucessivas releituras dos seus fundamentos e percursos, como hoje também ocorre, no pensamento em geral, e na geografia. São momentos essenciais, estes de reinterpretações das trajetórias, significando uma remexida no fundo da história que sempre traga à superfície possibilidades preteridas no jogo dos confrontos de forças sociais passadas, para repô-los à mesa, agora noutra quadro correlativo e de natureza histórica. Por isto, é necessária a extração das lições da geografia dos socialistas anarquistas e dos geógrafos franceses do PCF, postas à margem pelo oficialismo, permitindo-nos a "descoberta" de linhas na direção do pensamento geográfico que a hegemonia estatista logrou a seu tempo sufocar. Se bem que o presente não possa se inspirar no passado, já que cada época da história humana coloca suas próprias necessidades, princípio metodológico contido na afirmação de Engels de que não é a anatomia do macaco que explica a do homem, mas a do homem que explica a do macaco, as novas formulações somente são novas dialeticamente (dialética é su

peração quando sua base encontra apoio no resgate crítico do passado. Eis onde reside o valor dessas duas fortes fontes de uma ruptura hoje.

#### 4. MARXISMO E REFUNDIÇÃO MARXISTA DA GEOGRAFIA

Em três frentes, basicamente, uma refundição da geografia pode se dar sob uma base marxista, relacionando-se, respectivamente, à sua teoria do valor, da natureza e do Estado.

##### O espaço como valor:

É justamente pela teoria do valor que entre nós em 1978 começa esta refundição, quando, através do "Por uma Geografia Nova", Milton Santos põe à evidência a origem do espaço no processo de produção da história pelo trabalho coletivo humano, com isto estabelecendo desde então no universo dos geógrafos a concepção materialista-histórica do espaço que faltara aos franceses. Sabemos que esta contribuição de Milton, já por si consagrada, vem acompanhada de uma quantidade pequena, mas esplêndida, de livros, veiculando junto a forte crítica ideológica do visgo estatista-positivista esta nova mentalização do entendimento do espaço à luz da teoria do valor. Desde então, "o espaço como produto histórico", "o espaço produzido no próprio curso dialético da produção histórica das sociedades", "o espaço como sendo a sociedade se exprimindo por outros meios", virou notável truísmo.

Evidentemente que cabe uma avaliação crítica, sobretudo passados dez anos, de toda essa renovação. Primeiramente porque abusou-se de sua equivocada filiação ao marxismo, uma vez que a vertente marxista é apenas uma dentre outras. E em segundo lugar, dado termos aceito como marxistas formulações de cunho claramente neo-ricardianas, como bem ilustram obras como as de David Harvey quanto à teoria da acumulação do capital e da renda fundiária urbana. Sem qualquer tradição cultural marxista, difundiu-se uma teoria de valorização do espaço alheia à nítida distinção que quanto à teoria do valor há em Marx e Ricardo; puramente acompanhando-se a onda neo-liberal de corte neo-ricardiano hoje em franco curso no pensamento econômico e sociológico.

Seja como for, mesmo com esta troca de gato por lebre instalou-se fundo na geografia o fundamento marxista de uma teoria espaço-temporal da organização das sociedades humanas.

##### O espaço como objeto do sujeito homem:

Mas por si só a teoria marxista do valor é insuficiente razão porque a renovação acabou por desembocar, para muitos "renovadores", em um novo economicismo de corte "marxista". Aqui é particularmente onde a epistemologia da geografia tem-se im posto como uma realidade histórica, quando cobra a teoria da natureza. De resto, não bastasse a tradição epistêmica, exige-se a própria teoria do valor: como, sem a natureza, clarificar o valor de uso, o

processo de trabalho e o próprio conceito de mais-valia?

Mais propriamente, contudo, coloca-a a própria necessidade de rever-se o conceito de homem com que a geografia tradicionalmente tem trabalhado. Haurido, como sabemos, na relação homem-meio dicotômica da filosofia clássica a cujo reforço vem o positivismo, o conceito de homem, já exteriorizado na natureza, é reduzido na geografia à demografia, perdendo sua historicidade. Uma refundição marxista requer se veja o homem no interior da relação sujeito-objeto, o que reitera e explica, para além do mero economicismo, por-se o valor dentro da relação homem-meio, o que leva ao entendimento da relação homem-meio à luz da teoria do valor, ou melhor ainda, como teoria do valor, condição de se vê-la como processo de trabalho. Portanto, como teoria da alienação do homem.

No centro do pensamento marxista acerca da libertação dos homens a partir da libertação proletária está o tema da alienação, dissolução da condição humana na ordem burguesa a partir da esfera do trabalho.

É a relação homem-meio (no marxismo sempre entendida no sentido do duplo plano ecológico-social, duplo para nossa apreciação didática do movimento do pensamento de Marx, porquanto sabemos que aquilo diante do qual nos encontramos é o processo dialético do trabalho na genealogia das sociedades humanas) o eixo de referência marxista mais geral da alienação.

Divorciado de si mesmo desde quando no processo capitalista do trabalho é separado da natureza e do próprio produto de seu trabalho, o homem proletário perde a condição de sujeito de sua própria história para tornar-se força de trabalho para acumulação de capital. Viga de sustentação da ordem burguesa, porque esta se constrói sobre a base do processo que combina produção e expropriação-realização da mais-valia, isto é, extração de mais-valia para sua conversão no lucro do capital, dessa alienação do homem proletário resulta a alienação da totalidade dos homens na ordem burguesa, incluindo os próprios homens burgueses. É este homem alienado, nisto tornado ao assumir a forma social com que realmente existe nas sociedades, burgueses e proletários na sociedade capitalista, por exemplo, o homem concreto, o homem tal como o vê o marxismo, conceito oposto ao do homem genérico que a geografia designa por população.

Referência mais geral da reflexão científica de Marx sobre o tema da alienação, a relação homem-meio o é também para o terreno onde nasce a alienação humana e no qual, uma vez eliminadas todas as mediações histórico-concretas da ordem burguesa da alienação, a exemplo da apropriação capitalista do conjunto dos meios de produção, por conseguinte se deverá realizar o estágio final da desalienação. O alijamento do homem da sua integralidade a partir da desagregação de sua comunhão com o mundo da natureza, criada pela sua transformação de homem trabalhador em homem trabalhador para ao acúmulo de capital, só se extinguirá na condição de que se reconstitua no reencontro consigo mesmo. E este reencontro do homem consigo mesmo é o reencontro do homem trabalhador alienado com sua condição de sujeito de sua própria história, a ele usurpada pela burguesia na era moderna. Pressupõe este reencontro

na mente e na vida social real dos homens, o restabelecimento da unidade da História do próprio homem com a História da natureza, isto é, que reencetando à síntese que na "A Ideologia Alemã" Marx formula ao dizer que "a partir do momento que o homem surge no mundo, história do homem e história da natureza se confundem", se restabeleça no homem trabalhador a identidade sujeito-objeto que brada no curso da história pela instauração da exploração do homem pelo homem.

O interessante em tudo isto, do ponto de vista da história das idéias, é que com o "Manuscrito de 1844" Marx antecipara de 15 anos a obra "A Origem das Espécies" com que Darwin em 1859 pôs o pensamento europeu em revirada. Uma reviravolta que ocorre por ter Darwin empiricamente demonstrado que o homem faz parte da longa trajetória da evolução natural das espécies, e coroa esta evolução como forma superior. Rependo na ordem do pensamento o homem dentro da natureza, de onde a física clássica, desde Galileu e Newton, o tirara, Darwin impõe que se rompa e ultrapasse os parâmetros da escolástica medieval com os quais o pensamento europeu desde o renascimento rompera, exceto quanto ao homem, antes optando por expulsá-lo do âmbito da natureza, que é então convenientemente considerada uma grande engrenagem mecânica matemática inorgânica portanto. Retirando com sua teoria da evolução natural o homem do céu para fixá-lo na terra dos pés à cabeça, Darwin, nos meados do século XIX, põe fim à longa sobrevida da escolástica e precipita o fim da filosofia clássica burguesa, inspirada no cartesianismo e na física mecânica, declarando malograda a grande tentativa de Kant de conciliar suas contradições no tocante à dicotomia homem-meio. Todavia, Darwin o faz de modo evolucionista e mecanicista, a despeito de sua total contemporaneidade com a dialética de Hegel. Marx, de certo modo, antecipa, no campo geral da filosofia, as grandes transformações operadas pelo evolucionismo darwiniano no pensamento europeu, e, hegeliano, já incluindo os elementos de crítica ao materialismo mecanicista de Darwin. E pôde fazê-lo porque esta antecipação estava contida como possibilidade no próprio interior do pensamento europeu. É que a idéia de evolução e a dela decorrente do homem como ser histórico encontram-se já nele presentes, disso sendo exemplo a filosofia de Hegel, e, mais que ela, sua crítica por Feuerbach, sob cuja influência Marx ainda se encontra quando escreve o "Manuscrito".

A teoria do espaço como teoria da revolução na história:

Mesmo com seu evolucionismo mecânico Darwin opera empiricamente aquilo que Marx vem realizando filosoficamente, isto é, o encerramento da fase revolucionária da história do pensamento ocidental. O termo cabal deste percurso de sua superação revolucionária da filosofia clássica, todavia, caberá a Marx efetuar, realizando-o com a formulação do materialismo histórico, sua teoria da revolução permanente da história, claramente explicitada no "Manifesto", de 1848.

E esta sua teoria da revolução na história Marx constrói no decurso da sequência que vai da redação da "Crítica à Filoso-

fia do Direito de Hegel" e do "Manuscritos Econômico-Filosóficos" (obras basicamente de uma mesma época, datando de 1843 a primeira e de 1844 a segunda) à de "O Capital" (Crítica da Economia Política), embora já se possa vê-la constituída no "Manifesto", isto é, na sequência em que com a crítica da teoria ricardiana do capitalismo encerra a superação do pensamento clássico que começará com a crítica da teoria hegeliana do Estado, seguindo o sentido exato que vemos para o atual movimento de crítica da geografia.

É aqui que o espaço aparece como a armadura classista da gestão organizada da história, de cujo controle, deriva, assim, o controle da estrutura das sociedades, o efetivo exercício do poder. Em que materializando o estado de correlação das forças sociais de cada época, a forma da organização espacial é o objeto da intensa luta de classes que visa com ela o exercício do controle e hegemonia classista das relações sociais. Onde o espaço aparece mais transparentemente como a expressão classista da relação sujeito-objeto.

Exatamente por isto, e exprimindo criticamente o aprendizado do grupo peceefiano, é onde a presença de Lacoste na renovação atual se mostra com maior força, via sua tese da espacialidade diferencial, uma categoria por excelência do exercício do poder, a serviço do Estado ou da luta de libertação das classes trabalhadoras. Lembrando a clássica afirmação ratzeliana de que "espaço é poder".

É, então, com a teoria marxista do Estado que se abre e fecha uma reelaboração teórica marxista da geografia, na linha de reflexão da 11ª tese sobre Feuerbach: "Os filósofos interpretaram o mundo de diferentes maneiras, cabe agora transformá-lo".

Tornando-se uma teoria das práticas históricas mediadas pelo espaço, a geografia refundida no marxismo apresenta-se como teoria da revolução, aquela da libertação definitiva e global da humanidade pelo caminho da libertação dos proletários da cadeia que os prende à exploração e hegemonia do capital, rumo ao socialismo.